Grupos de Trabalho

Terra-Livre-40.indd 143 23/07/2014 18:04:08

Terra-Livre-40.indd 144 23/07/2014 18:04:08

CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

MARCOS ANTÔNIO CAMPOS COUTO
ANDRÉ TINOCO VASCONCELOS
FABRÍCIA COSTA CORRÊA
ENIO SERRA
MÁRCIO DA COSTA BERBAT[1]

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto-documento foi o de apresentar as reflexões coletivas das reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) Ensino de Geografia, das seções locais da AGB Niterói e Rio de Janeiro, realizadas no Encontro Estadual dos Professores de Geografia (Cabo Frio-RJ, 2011), no encontro nacional "Fala Professor" (Juiz de Fora, 2011) e no Encontro Nacional de Geógrafos (Belo Horizonte, 2012). O GT Ensino de Geografia debateu o atual momento da política educacional brasileira, orientado pelo contexto de desenvolvimento do ensino de geografia na educação básica e da formação de professores.

Durante as reuniões dos GTs Ensino, foram identificadas várias ações em curso: Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755/2009) e a licenciatura em geografia; Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na estrutura do Sistema de Ensino Superior; políticas curriculares e o ensino de geografia na educação básica; proposta de mudança nos referenciais nacionais dos cursos de graduação, incluindo a geografia; Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão dos cursos à distância; o papel da "nova" Capes na formação de professores para a educação básica no país; políticas e práticas peda-

1 Grupo de Trabalho Ensino de Geografia – AGB Niterói e AGB Rio de Janeiro. E-mails: agbniteroi@yahoo.com.br / agb_rio@yahoo.com.br

Terra-Livre-40.indd 145 23/07/2014 18:04:08

gógicas para a educação de jovens e adultos; geografia da infância; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES) e sua contribuição para os cursos de geografia.

A análise das relações deste conjunto de políticas foi indispensável para uma compreensão global da situação da educação pública brasileira em todos os níveis. As sessões dos GTs Ensino, realizadas nos encontros acima mencionados, não esgotaram tal análise, mas ofereceram um esforço coletivo nesta direção que não substitui a continuidade deste debate nos GTs Ensino das seções locais da AGB.

Apresentou-se uma reflexão coletiva sobre o conteúdo das políticas educacionais neoliberais, confrontadas com as práticas docentes e com propostas de um projeto de educação alternativo dos e para os trabalhadores – que política educacional e que educação se quer? – e, fundamentalmente, a intenção de que o produto do trabalho dos GTs Ensino colaborem para que a AGB (Direção Nacional e seções locais): 1) construa posicionamentos e ações contra a atual política educacional neoliberal dos governos (federal, estadual, municipal), em função de suas finalidades e de suas ações; e 2) estimule e constitua-se como um espaço permanente de debate e de construção de princípios de políticas educacionais alternativas.

Este artigo seguiu a ordem dos debates realizados nos três dias (24, 26 e 27/07/2012) de sessões dos GTs Ensino, no ENG de Belo Horizonte. No primeiro momento, foram apresentados fatos, ações e sujeitos que colaboraram para uma análise da conjuntura político-econômica brasileira. Em seguida, realizou-se uma avaliação das políticas educacionais, confrontando as políticas governamentais com princípios de construção de outra política educacional a serviço dos trabalhadores. Por fim, propôs-se um conjunto de tarefas táticas e estratégicas exigentes da organização nacional e dos GTs de Ensino locais da AGB.

ANÁLISE DA CONJUNTURA

Na avaliação dos presentes nos Grupos de Trabalho Ensino de Geografia, vive-se, no Brasil, um período desenvolvimentista baseado em megaeventos e megaprojetos de obras e estradas (Programa de Aceleração do Cresci-

Terra-Livre-40.indd 146 23/07/2014 18:04:08

mento – PAC), com muita visibilidade político-ideológica, grandes impactos ambientais e com parcos resultados na melhoria das condições de vida das brasileiras e dos brasileiros. Hoje, em praticamente todos os estados, há um conjunto de grandes obras de reordenamento do território. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, isto tem ocorrido com a união dos governos federal, estadual e municipal (conforme a ideia do *slogan* do governo estadual "somando forças"), motivados pela realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, entre outros eventos.

Junto a isto, há todo um discurso midiático de orgulho pela realização destes megaeventos (Copa do Mundo, Olimpíadas, Rio + 20 etc.), que exigem programas de privatização ou de parcerias público-privadas para as infraestruturas de transporte, esportiva e de energia, bem como o reforço da política de segurança pública, com a pacificação das favelas e a eliminação e/ou expulsão dos traficantes das áreas nobres e dos locais de realização destes grandes eventos.[2]

A política, hoje, está inserida no propósito da construção da "governabilidade" – chamada "construção de consenso" –, que, na verdade, objetiva construir benefícios para o capital, pois não há representatividade real dos professores e de outras categorias nas câmaras, no Senado ou em outras instâncias de deliberação de políticas públicas. A situação se configura desta forma no país como um todo, pois, com um governo considerado de esquerda por muitos, ocorreu certo engessamento dos movimentos, dos sindicatos etc. Contraditoriamente, para aqueles que confrontam a atual política, há um processo de criminalização dos movimentos sociais, como o visto, por exemplo, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em que o reitor impetrou medida judicial contra professores, servidores técnico-administrativos e estudantes em greve (junho-setembro de 2012).

Enquanto 90% dos recursos para as obras da Copa são provenientes de recursos públicos, e há muito dinheiro injetado nos chamados grandes eventos, quase todas as universidades e muitas instituições federais de ensino estiveram em greve, em 2012. A precarização do trabalho é um processo perverso que está em curso, pois a construção da educação e da saúde de qualidade é substituída por políticas assistencialistas para os mais pobres, reproduzindo um processo dito de democratização do ensino, mas com intensa precarização das escolas e dos hospitais públicos municipal, estadual e federal.

2 A expulsão não é apenas de traficantes. Os novos eixos rodoviários, a transformação do Autódromo do Rio em área do complexo esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, as obras de revitalização do Porto Maravilha, entre outras, estão expulsando moradores de seus locais de moradia.

Terra-Livre-40.indd 147 23/07/2014 18:04:08

Há muito investimento do governo nos institutos de ensino técnico. No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), grande volume de recursos públicos é destinado ao sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT etc.), órgãos de direito privado criados pelo setor produtivo destinados à formação técnica. Os planos de metas, nos institutos federais de ensino, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) fizeram aumentar as vagas no ensino federal, entretanto, sem haver a proporcional expansão da infraestrutura de ensino e pesquisa, bem como da assistência estudantil.

A imprensa encontra eco nas vozes de diferentes setores da sociedade (agentes econômicos, culturais, políticos) que reclamam do caráter intervencionista do governo, mas não explicita o seu programa de concessões liberais, mesmo que financiado com recursos públicos. O governo desonera, com isenção fiscal, setores escolhidos que supostamente possam manter o ritmo de consumo, de produção industrial e, consequentemente, de emprego. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financia, com juros muito baixos e prazos extremamente generosos, os programas de privatização e outras atividades econômico-industriais (como a Bolsa Capital), consumindo muito mais recursos que aqueles gastos com o programa Bolsa Família.[3]

Há, enfim, um processo de mercantilização da educação.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EXPANSÃO COM PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Qual o cenário das políticas educacionais em vigor, hoje, no Brasil? Quais movimentos estão organizados para enfrentar/questionar tais políticas? De que forma tem se dado a autonomia docente?

O processo de expansão com precarização da educação pública se apresenta por meio das finalidades da educação, das ações articuladas de controle da escola/professores e da política de flexibilização das condições de trabalho e otimização dos custos.

3 Gastos com Bolsa Família: em 2012, previstos R$ 19,3 bilhões de reais; em 2011, foram gastos R$ 17,1 bilhões; em 2010, foram previstos R$ 13 bilhões; em 2009, foram gastos R$ 12,4 bilhões; em 2008, foram gastos R$ 10,8 bilhões. Segundo a professora da FGV-Rio Cristiane Alkmin J. Schmidt (Jornal o Globo, 23/12/2012), os repasses do Tesouro Nacional para o BNDES, desde 2008, somaram R$ 354 bilhões de reais.

Terra-Livre-40.indd 148 23/07/2014 18:04:08

A POLÍTICA EDUCACIONAL OBJETIVA FORMAR O INDIVÍDUO OBEDIENTE E CONSUMIDOR/NOVO TRABALHADOR FLEXÍVEL

A política articula o mundo do trabalho da acumulação flexível ao mundo do consumo de novas mercadorias/novas tecnologias. As políticas curriculares assumem certa centralidade e destacam-se pela valorização da formação de competências e habilidades, um saber fazer articulado às mudanças tecnológicas do processo de globalização. Pela educação se formam trabalhadores de diferentes níveis, desde aqueles com altas habilidades de inovação, essenciais ao modelo tecnológico vigente, até aqueles que devem ser treinados para o consumo de produtos tecnológicos.

O processo de globalização incorpora o que se denomina de modernidade na medida em que materializa certas matrizes do projeto iluminista de uma sociedade racional sob o domínio da ciência. Entretanto, a razão iluminista não é necessariamente a razão do capital. Enquanto a primeira comporta outras racionalidades conflitantes, a segunda se fundamenta em formas de exploração e de dominação, mesmo que propagandeie que a expansão do capital (desenvolvimento) signifique progresso e melhores condições de vida para todos (história como progresso). A pós-modernidade não é o pós-capitalismo, mas, sim, transformações importantes dos modelos de acumulação, envolvendo mudanças tecnológicas, novos padrões de organização da produção e de gestão do domínio capitalista e, fundamentalmente, a expansão territorial das relações de domínio capitalista por todo o planeta.

No Brasil, este movimento diz respeito às teorias e aos processos de modernização (desenvolvimento/subdesenvolvimento) e à ideologia do desenvolvimento nacional, sobretudo, a partir do pós Segunda Guerra Mundial. Isto significa, então, que, para pensar o Brasil, é necessário vê-lo no processo de expansão do capitalismo mundial em sua fase monopolista e imperialista, mesmo que subalterno na América Latina – e agora, cada vez mais, sob o domínio do capital financeiro –, e como capitalismo dependente (Florestan Fernandes).

AÇÕES ARTICULADAS DA POLÍTICA: CONTROLE DA ESCOLA/DOS PROFESSORES PELO CURRÍCULO E PELA AVALIAÇÃO EXTERNA

Alterações curriculares são mudanças nas relações de poder e de controle que as conduzem. Ao não considerar tal aspecto, as reformas podem assumir um

Terra-Livre-40.indd 149 23/07/2014 18:04:08

caráter eminentemente técnico-científico, desconsiderando as finalidades da educação atual.

Políticas de currículo são orientadas em diretrizes da UNESCO (Conferência de Jomtien – Tailândia, 1990), na perspectiva do "aprender a conhecer" de forma integrada e na necessidade de formação de habilidades e competências no contexto do pós-fordismo. Tal orientação responderia aos seguintes problemas: a especialização do conhecimento (X conhecimento integrado), os conteúdos desinteressados (X solução de problemas), a desconsideração dos interesses dos alunos (X questionamento do cotidiano). O currículo por competências (palavra que substitui a ideia de objetivo comportamental) inspirou-se nas teorias da eficiência social do taylorismo americano dos anos 10 do século XX, consequentemente, o critério de eficiência é sua adequação ao modelo produtivo dominante. A qualidade da educação é garantida, sobretudo, pela definição de objetivos e do perfil (traduzidos em atividades e unidades de trabalho) de quem se quer formar, e que permita conformar determinado comportamento do aluno (objetividade do processo). Da mesma maneira que os comportamentos são mensuráveis, as competências também são interpretadas como comportamentos mensuráveis e cientificamente controladas. As competências representam metas sociais, desenvolvidas por atividades didáticas que implicam em ações baseadas em várias habilidades.

A avaliação externa é central e materializa um conjunto de ações que buscam regular e controlar o trabalho do professor e do que se realiza nas escolas. IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Prova Brasil, ENEM (*Exame Nacional do Ensino Médio*), ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro) são, por exemplo, instrumentos de avaliação homogêneos e gerais inspirados em metas quantitativas, e que não dialogam com a diversidade de experiências que se realizam em todos os lugares do país, portanto, são descolados dos problemas qualitativos enfrentados pelos professores e escolas. Não tem por finalidade a qualidade do ensino, pois expressa uma concepção do professor incapaz (de avaliar, de definir currículo, de pautar problemas) e generalista (qualquer um pode ser professor de qualquer coisa), implicando na banalização da profissão docente (qualquer um pode ser professor).[4] Com base

4 O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro aprovou, por solicitação da Secretaria Estadual de Educação, o Parecer nº 134/2010, que dispõe de novas regras para análise das habilitações de professores que ministrarem aulas do currículo da educação básica e da educação profissional técnica de nível médio, em caráter extraordinário, para as disciplinas de filosofia, sociologia, artes, química, física, matemática e geografia. Para o ensino de geografia, ficam habilitados os professores formados

Terra-Livre-40.indd 150 23/07/2014 18:04:08

na avaliação externa e no alcance das metas, propõe-se uma política de flexibilização dos salários e otimização dos custos.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO/ SALÁRIOS, COM BASE NA AVALIAÇÃO EXTERNA E NO ALCANCE DAS METAS, E OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS

A precarização das condições do trabalho docente é uma expressão da precarização geral das condições de vida dos alunos e de grande parcela dos brasileiros em todo país, que, por sua vez, se fundamentam no processo produtivo e reprodutivo do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo.

Este processo resulta na produção de uma geração estressada, tendo como consequência o amplo quadro de adoecimento de professores, que estão deprimidos, com doenças emocionais e psicossomáticas. O desgaste emocional, a baixa estima, a inquietação por não ver os resultados de sua prática (já que prática pedagógica é um processo contínuo) e a renúncia de ser um sujeito ativo de transformação social estão diretamente relacionados a este processo de precarização: grande carga horária de trabalho devido aos baixos salários, imposição de tarefas burocráticas em função dos calendários das secretarias, turmas com muitos alunos, redução do tempo de aulas de geografia e, consequentemente, aumento do número de turmas e alunos.

A presença de muitos professores contratados é outra face desta precarização do trabalho docente, resultado da não-realização de concursos públicos ou da não-convocação dos aprovados. Reproduzem-se diferentes condições de trabalho e de rendimento, pois os contratados são submetidos a condições ainda mais precárias de trabalho e ao controle político das direções das escolas. Esta condição dificulta o trabalho coletivo na escola, bem como a vinculação destes docentes com a luta por melhores salários e condições de trabalho realizada pelos movimentos sindicais, já que, pela instabilidade profissional, estão sujeitos a diferentes tipos de coerção (salários diferenciados de acordo com cumprimento de obrigações e alcance de metas, entre outros).

.....

em: licenciatura em história e comprovação no histórico escolar de 120h de aulas em geografia ou áreas afetas; licenciatura em ciências sociais e comprovação no histórico escolar de 120h de aulas em geografia ou áreas afetas; graduado em geografia e licenciatura em qualquer área ou especialização (360h) em qualquer área da educação. Embora esta medida tenha sido direcionada para a contratação emergencial de professores, bem como para o aproveitamento de docentes que já fazem parte do quadro da SEEDUC, por meio de GLP (Gratificação por Lotação Prioritária), ela continua vigorando.

Terra-Livre-40.indd 151 23/07/2014 18:04:08

Outra dimensão do processo de precarização da profissão docente é a dicotomia bacharel-licenciado, na formação inicial do professor, na medida em que esta fragiliza a relação entre ensino e pesquisa, indispensável à formação do professor-pesquisador. A educação à distância, na formação inicial de futuros professores, faz parte deste processo de otimização dos custos, de precarização do trabalho docente e de solução da precarização das condições de vida dos estudantes brasileiros.

POLÍTICA NACIONAL, POLÍTICAS REGIONAIS

O Plano Nacional de Educação, com metas para a educação brasileira até 2020, e que se encontra no Congresso Nacional para ser aprovado, expressa o conjunto das políticas que já estão em curso: avaliação externa por meio do IDEB, concurso interno para diretor de escola, desconsideração das realidades regionais ou locais, entre outras. A afirmação do respeito às diferenças regionais é contrariada pelos instrumentos de avaliação gerais, excludentes e homogêneos. A democratização do acesso alardeada e proposta não garante a qualidade e a permanência dos alunos por meio da assistência estudantil, reproduzindo uma política educacional homogênea que desconsidera experiências pedagógicas críticas e alternativas dos professores, bem como as experiências socioespaciais dos alunos, que não aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo. O PNE propõe o mestrado profissional como elemento para a formação continuada dos professores, e, embora proponha a erradicação do analfabetismo, não questiona a educação que os alunos estão recebendo.

Contrariando o processo de expansão (mesmo que de forma precarizada) da rede de ensino pública federal, no Rio de Janeiro, a rede pública estadual diminuiu, entre 2006 e 2011. O número de matrículas estaduais caiu de 1.490.137 para 1.081.119, em 2011 – uma enorme queda de 409.018 (ou -27,4%), o maior declínio percentual de todas as redes públicas do Brasil.[5] A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro está fechando escolas, além de haver o processo de municipalização.[6]

Embora a política educacional preconize a regulação e o controle do trabalho docente, a ação dos governos não controla tudo, havendo sempre brechas para o desenvolvimento de propostas alternativas. Portanto, é fundamental

5 Nicholas Davies, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Boletim 154 do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, 2012.
6 Em 2011, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro informou que seis mil alunos de 48 unidades escolares da cidade do Rio de Janeiro seriam transferidos para a administração da prefeitura.

Terra-Livre-40.indd 152 23/07/2014 18:04:08

considerar as ações em diferentes escalas (nacional-federal, estadual-regional, municipal-local), definindo os principais problemas concretos e considerando as possibilidades de superação.

PRINCÍPIOS DA CONSTRUÇÃO DE OUTRA POLÍTICA EDUCACIONAL

Ao contrário de formar para o mercado de trabalho, a finalidade da escola deve ser formar para o domínio e o controle do mundo do trabalho com consciência e para uma cultura crítica do mundo em que se vive. O processo do trabalho vincula-se ao processo de humanização ou desumanização.

Portanto, na escola que se quer,

- o conhecimento não está apenas no professor, no aluno ou nos livros. O conhecimento é uma construção centrada nas relações humanas e dos homens com a natureza;
- o currículo, a gestão e a avaliação são construídos – não impostos – pelos sujeitos da escola por meio da mobilização dos docentes, discentes e servidores, da gestão democrática e da eleição dos gestores;
- há respeito à diferença e diálogo com a prática social dos estudantes;
- a escola é socialmente referenciada nos movimentos sociais que resistem e reagem ao discurso hegemônico – isto requer aproximação entre as práticas curriculares e os movimentos sociais, possibilitando ações conjuntas;
- todos os professores serão concursados e efetivados em suas respectivas áreas de formação e participarão ativamente de todas as atividades da escola (na disciplina de geografia, só poderão lecionar os professores formados em licenciatura plena, neste componente curricular);
- rejeitam-se propostas de junção dos cursos de geografia e história que impliquem na descaracterização de cada uma destas áreas, nos moldes em que se implantou a formação em estudos sociais, na década de 1970;
- os professores têm mais tempo para o planejamento, o que lhes permite articular ensino, pesquisa e extensão, evitando que sejam apenas reprodutores de conhecimento;
- há diálogo entre os diferentes campos do conhecimento;
- todos têm acesso e dominam as novas tecnologias educacionais, que estarão a serviço do professor e do projeto pedagógico da escola;
- é construída a crítica ao discurso hegemônico, por meio de uma perspectiva crítica de geografia;

Terra-Livre-40.indd 153 23/07/2014 18:04:08

- há reflexão crítica do mundo e da própria escola, e não uma aprendizagem mecânica e "decoreba" a serviço de avaliações externas que não dialogam com os protagonistas do processo educativo;
- há planos de carreira que garantam progressão e mecanismos de incentivo à formação continuada, sem prazos para a concessão de licença (atualmente, só concedida após o término do estágio probatório);
- aos professores são garantidas a acessibilidade e a oferta com qualidade de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), nos diferentes lugares e instituições do país;
- há limites do número de alunos por turma, considerando as especificidades dos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio, profissional) – e estes limites não excedem os de trinta alunos;
- há equilíbrio de carga horária das diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, em função do papel da escola e de seu projeto pedagógico. Está presente o componente curricular geografia, nos ensinos fundamental e médio, sugerindo-se, no mínimo, três aulas semanais, para o ensino fundamental, e duas, para o ensino médio.

Na formação do professor, é fundamental estabelecer formas de se articular a formação docente com a situação docente nas escolas, por meio de diferentes formatos de estágios e de projetos que aproximem universidade e escola, assim como com uma maior presença do conteúdo das políticas educacionais.

Todas as propostas de uma política educacional alternativa têm por fundamento o aumento dos recursos públicos (apenas para escolas públicas) de financiamento da educação. Propõem-se 10% do PIB, mas, fundamentalmente, é necessário ir além dos limites constitucionais já estabelecidos e propor/garantir investimentos suficientes para o atendimento de toda a população brasileira em escolas públicas com o padrão de qualidade proposto.

CONCLUSÃO: UMA AGENDA DE ORGANIZAÇÃO E DE LUTA PARA O GT ENSINO DE GEOGRAFIA DA AGB

Os princípios acima elencados, bem como as críticas às políticas educacionais, se articulam em uma agenda de ação nacional e para os GTs locais, muitos deles já aprovados em Juiz de Fora, em 2011, no encontro "Fala Professor". São eles:

Terra-Livre-40.indd 154 23/07/2014 18:04:08

- levantamento dos GT's ativos nas seções locais (membros, atividades etc.);
- fortalecimento da lista de comunicação no Yahoo ou mudança para o ambiente via site da AGB;
- incentivo para que as seções locais organizem o "Fala Professor" regional (com intervalo de um ou dois anos);
- organização de pesquisa nacional, com as seções locais da AGB, para análise do plano de carreira/projeto político-pedagógico/estrutura dos cursos de licenciatura em geografia no Brasil;
- reunião da Comissão de Articulação de GTs/DEN com a ANPEGE, com o intuito de propor sugestões para a ampliação da participação de professores da educação básica nos programas de mestrado e doutorado, principalmente nos programas com linhas de pesquisa na área do ensino de geografia. Propor e orientar a discussão sobre os seguintes temas com a ANPEGE: novas linhas de pesquisa sobre o ensino de geografia, nos programas de pós-graduação em geografia; reestruturação de critérios no processo de seleção para a pós-graduação (por exemplo, o aproveitamento do uso da experiência docente, entre outros);
- organização da agenda para o Fórum de GT's, que tem previsão para ser realizado no segundo semestre de 2012 (com objetivo de integrar as ações dos GT Nacional pelas seções locais);
- sugestão de criação do "Concurso Cultural de Geografia", com ampla discussão nas seções locais, e voltado para a participação de alunos e professores da educação básica;
- fortalecimento da AGB no diálogo com o Ministério da Educação, Congresso Nacional, outras entidades educacionais e sindicatos etc.;
- política de valorização da carreira docente, evidenciando os problemas da avaliação em larga escala, implantação da bonificação no salário dos profissionais da educação etc.;
- realização de reuniões do GT Ensino nas Escolas, apresentando este documento e incentivando a participação dos professores da educação básica;
- ações para a profissionalização: aulas de geografia ministradas por professores licenciados em geografia; professor concursado, com plano de carreira que valorize a formação continuada e valorização salarial por meio de um piso nacional; aumento da carga horária da disciplina, com, no mínimo, três tempos no ensino fundamental e dois no ensino médio; e com 1/3 da carga horária de trabalho dedicada ao planejamento;
- incentivo aos professores, por meio dos sindicatos, para a solicitar ações no Ministério Público que garantam as condições da profissionalização (por

Terra-Livre-40.indd 155 23/07/2014 18:04:09

exemplo, ações contra prefeituras que tenham professores aprovados em concurso, mas que os admitam na forma de contrato provisório);

- incentivo à formação continuada, em diferentes modalidades (cursos, oficinas, cursos de pós-graduação) e em diferentes espaços (escolas, universidades, secretarias, institutos etc.);
- garantia da presença da disciplina geografia nos três anos do ensino médio;
- debate sobre a formação, nos cursos de pedagogia, de professores para o ensino fundamental I (primeiro ao quinto anos), em especial do papel da geografia;
- avaliação e debate, em diálogo com a CAPES e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), considerando-se a grande abrangência que tal programa tem atingido.

Por fim, esta agenda de ação deve se articular como uma mobilização nacional pela valorização da profissão docente e contra a precarização da escola pública brasileira.

A luta contra toda esta conjuntura da educação e pela construção de outra política educacional exige um movimento contra a precarização, politizando todos os espaços de trabalho. A emancipação deve ser pensada em caráter processual, nas lutas cotidianas, revendo conceitos, unindo-se em todos os níveis. Propõe-se que a AGB faça este debate político dentro de e com outras instituições. Para isso, propõe-se a reconstrução dos espaços coletivos de formação e de luta políticas, como aqueles organizados pelos educadores brasileiros, na década de 1980, conjuntamente com os diversos movimentos sociais e sindicais.

Participantes do Grupo de Trabalho Ensino de Geografia, em Belo Horizonte, no XVII ENG (julho/2012):

GT Ensino AGB Niterói: Serlene Ana de Carli, Nathália Pamella R. G. Mesquita, Jeffersom A. Lima Vieira, Glauco Antero Nascimento, Antônio de Oliveira, Felipe Silveira de Souza, Neudy Alexandro Demichei, Maxmuller C. Batista, Raul Sardinha Netto, André Tinoco Vasconcelos, Manoel Martins de Santana Filho, Rafaela Elizabete Araújo, Ana Maria M. Queiroz, Luciano Guimarães de Souza, Marcele F. de Lima, Luana Paiva Barbosa, Elizângela Martins de Oliveira, Léa Francesconi, Nathália Oliveira de Souza, Sanderson dos Santos Romualdo, Miriani R. Breno, Elizângela Damasceno, Pedro José de Souza, Nathália Sousa, Leila de Oliveira Lima Araújo, Letícia de Melo Ho-

Terra-Livre-40.indd 156 23/07/2014 18:04:09

nório, Laís A. M. B. Correia, Maria Luiza de M. Galvão, Jéssica Ingrid Silva Trindade, Monique da Silva Lemos Cardoso, Maria José Andrade da Silva.

GT Ensino AGB Rio de Janeiro: Enio Serra, Orlando Ednei Ferretti, Beny Benji Tomonaga, Gabriel de Melo Neto, Thiago T. de Souza, Cleide Santos de Souza, Leonardo Matiazzi Correa, João José Galdino, Waldir Roque Maffei, Tainá Guimaraes Valença, Vaniere Silva Freitas, Noberto Francisco de Barros Júnior, Iancey de Lacerda Teixeira, Girlan Cezar de Jesus, Maria Alice Nunes Barata, Everton Pereira da Silva, Juliana do Nascimento Pena, Gleyce Assis da Silva Barbosa, Miguel Filipe da Costa Silva, Lucas L. Giolito, Janete Regina de Oliveira, Valéria da Silva Sousa, Natane Soraya Gonçalves de Lima, Baltasar Fernandes Garcia Filho, João Paulo Bernardo Ramos, Sarah Kennedy Duroes, Meire Rosa Oliveira, Antônia Alexandrina dos Santos, Mytsa Carla da Silva, Eliane de Souza Ferreira, Rodrigo Bellei Oliveira, Thainá Santos Coimbra, David A. Santos, André Panin da Costa, Diego Medeiros da Silva, Taíse dos Santos Alves, Rosenildo T. Santos, José de Souza Neto, Sávio José Dias Rodrigues, Ligeria Alves dos Santos, Rafael de Oliveira, Rosângela Trindade de Souza Silva, Wladimir Jansen Ferreira, Danilo Gabriel dos Santos, Luiz Fernando Batista Cozuza, Cislene Dias Rodrigues, Lilian Wilma Cândido, Amélia Cristina Alves Bezerra, Diones Carlos de Souza Almeida, Luciana Maria Santos de Arruda, Marcos Antônio Queiroz, Márcio da Costa Berbat, Hindenburgo Pires.

Composição do GTs Ensino Seção Niterói e Seção Rio: Fabrícia Costa Corrêa, Karina Araújo da Silva, André Tinoco de Vasconcelos, Priscila Viana Alves, Maria Tereza Carvalho, Marcos Antônio Campos Couto.

BIBLIOGRAFIA

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: *Revista de Ciência da Educação.* Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas. V. 32, n. 115 – p. 265-600. Abr.-jun. 2011.

LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. *Políticas de integração curricular.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

Terra-Livre-40.indd 157 23/07/2014 18:04:09

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (orgs.) *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

SILVA, L. S. P.; LOPES, J. J. M. *Diálogos de pesquisas sobre crianças e infâncias*. Niterói: EdUFF, 2010.

Terra-Livre-40.indd 158 23/07/2014 18:04:09